

FH ataca corporativismo e cultura do déficit

Ed Ferreira/AE



Maciel, Luís Eduardo e Sarney na sessão: recado aos parlamentares e plenário esvaziado pelo carnaval

Em mensagem aos parlamentares, presidente aponta obstáculos à estabilidade da economia.

MARCOS MAGALHÃES

BRASÍLIA — O presidente Fernando Henrique Cardoso apontou ontem três obstáculos que ainda desafiam a estabilidade econômica e política do País: a cultura do déficit público, o atraso e o corporativismo. Ao mencionar o que classificou de cultura do déficit, o presidente fez uma referência direta ao “meio político”, que, segundo ele, pede simultaneamente “aumento de gastos e diminuição de receitas”. A advertência feita por Fernando Henrique em mensagem enviada ao Congresso para a reabertura da sessão legislativa de 1996 é de que “o risco da hiperinflação” não pode ser afastado enquanto não for possível superar posturas como essa.

“O risco da volta da hiperinflação não pode ser definitivamente debelado enquanto prevalecer a tendência a tratar os orçamentos públicos como receptáculo de expectativas e não como instrumento de opção realista entre alternativas igualmente legítimas”, afirmou Fernando Henrique, na mensagem levada ao Congresso pelo ministro-chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho.

Oito ministros e o vice-presidente Marco Maciel acompanharam a leitura, pelo deputado Benedito Domingos (PPB-DF), da mensagem presidencial que também classifica como risco à estabilidade da economia o atraso do Estado, que acusa de ter se tornado caro e ineficiente, e das empresas, que estariam habituadas a um “mundo artificial” protegido da competição.

A crítica mais pesada, porém, foi ao corporativismo. A mensagem acusa as empresas, as organizações da sociedade civil e a máquina do Estado de moldar as normas das instituições aos interesses de seus próprios membros. “No âmbito do Estado, especialmente, o corporativismo tem sido um poderoso fator de ineficiência e altos custos”, aponta.

Para enfrentar o que classifica como os três maiores obstáculos ao Real, o governo receita o aumento da poupança pública e o incentivo aos investimentos privados, além da eliminação do que chama de excessiva regulamentação do mercado de trabalho. “Essas reformas são indispensáveis à construção de um Estado moderno e eficiente”, receita a mensagem presidencial.

Diante de um plenário parcialmente esvaziado pela proximidade do carnaval, o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney (PMDB-AP), seguiu uma linha semelhante à do governo ao abrir os trabalhos legislativos deste ano. “O Estado não deve ser perdulário e irresponsável, mas eficiente na promoção do equilíbrio social”, defendeu Sarney, ao concluir uma avaliação positiva do desempenho do Legislativo no ano passado. “O que importa não é o tamanho do Estado, mas a sua qualidade”, argumentou.